

Relatório da Reunião do Grupo de Trabalho (GT) sobre o marco regulatório dos biocombustíveis, de 30/9/2009¹.

A) Principais intervenções dos membros do GT do Marco Regulatório dos Biocombustíveis

Senador Gilberto Goellner

- 1) Definição do zoneamento agrícola
- 2) Adaptação do biodiesel
- 3) Adequação de motores e máquinas agrícolas (troca antecipada de filtro)
- 4) Impactos ambientais (estudo feito em Uberlândia): área disponível, inclusive para pastagens
- 5) Experiência internacional
- 6) Transformação do etanol em *commodity*

Intervenção Posterior do Senador Gilberto Goellner

- 1) Alerta para a necessidade de padronização de emissões das refinarias, principalmente com respeito a enxofre. A Petrobras produz biodiesel com teor de enxofre de 50 a 400 partícula por milhão (PPM) enquanto alguns países têm suas frotas rodando com biodiesel de 10 ppm.
- 2) Argumentação similar foi feita para o caso dos carros *flex fuel* – eficiência de motor

Senador Delcídio do Amaral

- 1) Encaminhar documentos da Sub-Comissão de Marcos Regulatórios da Comissão de Assuntos Econômicos – CAE (petróleo, gás, biocombustíveis)
- 2) Abordar na regulação temas relacionados à carga tributária
- 3) Acessar material de seminário promovido pela consultoria

Senador Inácio Arruda

- 1) Necessidade de estabelecer regras mais duradouras

¹ Relatório elaborado a partir de anotações feitas durante a reunião. Não foram utilizadas as notas taquigráficas.

- 2) Estabelecimento de Plano de Trabalho
- 3) Reuniões periódicas
- 4) Proposta Objetiva
- 5) Metas e prazos
- 6) Agregação de outras instituições: Embrapa, Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal (MMA) e/ou Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)

B) Sugestões e comentários dos Convidados

Representante do Ministério de Minas e Energia – MME (Senhor Ricardo de Gusmão Dornelles)

- 1) Existe proposta em discussão na Casa Civil, apresentada pela União da Indústria de Cana-de-açúcar (ÚNICA).
- 2) Marco legal recente para o biodiesel (enfoque social)
- 3) Marco legal do álcool tem mais de 30 anos e necessita reformulação
- 4) Limitação do conceito de agroenergia como produto agrícola, não como produto energético.
- 5) Atenção especial deve ser dada ao enfoque ambiental
- 6) Aproveitamento de novas energias (rotas tecnológicas)
- 7) Necessidade de reformulação do papel da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP)
- 8) Necessidade de capítulo tributário
- 9) Tratamento de entraves à exportação de biodiesel
- 10) Alerta sobre possível vício de iniciativa

Representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA (Senhores Luís C. M. de Araújo e Ferdinand Marinho)

- 1) Foco da instituição na produção de cana-de-açúcar
- 2) Apresentação de compêndio de toda a legislação de álcool em CD, para o período de 1931 a 2008
- 3) Periodicidade de reuniões

Representante da Empresa Petróleo Brasileiro S/A – Petrobrás (Senhor João N. Noschang Neto)

- 1) Atentar para as diferenças de conceito entre biocombustíveis e misturas de combustíveis

- 2) Tratamento à segunda geração de biocombustíveis: enfoque ambiental e social
- 3) Legislação internacional
- 4) Análise da questão tributária
- 5) Tratamento de padrões de qualidade
- 6) Tratamento de padrões de emissão
- 7) Inclusão de novos biocombustíveis/biolubrificantes
- 8) Atenção às matérias primas

Representante da Unica (Senhor Carlos A. Coutinho)

- 1) Representa produtores de GO/MG/SP/ES/MT – 65% da cana moída
- 2) A Unica encaminhou proposta há cerca de 3 meses para a Casa Civil
- 3) Crise financeira e queda do preço do petróleo geraram grandes problemas no setor
- 4) Dez estudos foram contratados e poderão ser oferecidos como subsídio
- 5) Anúncio do Seminário “Promovendo o setor sucro-energético”, dia 14/10, no auditório Nereu Ramos.

Representantes da ANP (Senhores Luiz F. Coelho e Manoel Neto)

- 1) Necessidade de tratamento do biocombustível como energia
- 2) Necessidade de atualização da legislação
- 3) Tratamento aos combustíveis de segunda geração
- 4) Permitir ação mais ampla da ANP no setor de álcool
- 5) Proposta de regulamentação de alcooldutos
- 6) Sugestão de convite do setor de biodiesel
- 7) Enfoque ambiental e social

Representante da Consultoria Legislativa – CONLEG (Senhor Fernando Lagares Távora)

- 1) Descrição de panorama dos biocombustíveis
- 2) Destaque para a necessidade de atualização da legislação
- 3) Cuidado na questão da tributação
- 4) Criação de mecanismo de combate à adulteração
- 5) Padronização de logística (com possível modelo de rastreabilidade)
- 6) Atenção à expansão do mercado externo (protecionismo, tarifas e outras barreiras)
- 7) Definição apropriada de biocombustíveis

- 8) Política tecnológica de investimento (segunda geração de biocombustíveis e utilização de renda do pré-sal)
- 9) Regulamentação social
- 10) Regulamentação ambiental

C) Decisões e encaminhamentos do GT do Marco Regulatório dos Biocombustíveis

- 1) Reunião de 15 em 15 dias, sempre às quartas-feiras, às 14h30
- 2) Estabelecimento de baterias de reuniões para obtenção de maior eficiência, com divulgação do andamento a todos os participantes.
- 3) Cronograma estabelecido:

Dia 14/10 – Painel da regulação energética – Participantes: MME, ANP, CONLEG

Dia 28/10 – Painel da produção agrícola – Participantes: MAPA, EMBRAPA, CONLEG

Dia 11/11 – Painel da produção de combustíveis– Participantes: UNICA, ABRABIO, CONLEG

Dia 25/11 – Painel da Tecnologia – Participantes: Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA), Produtores de outras máquinas, CONLEG

Dia 9/12 – Painel da Sustentabilidade – Participantes: MMA, IBAMA, CONLEG

- 4) Consolidar textos e documentos após reuniões parciais.
- 5) Levantamento de projetos em tramitação.
- 6) Inclusão periódica de documentos e textos em sítio da Comissão de Infraestrutura – CI.